

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA LITORÂNEA

1. Abertura
2. Substituição de membros
3. Informes da Presidência
4. Discussão e aprovação da Ata da 4ª reunião ordinária
5. Apresentação de:
 - Produto 4: Balanço Hídrico;
 - Produto 5: Uso e Ocupação do Solo;
 - Produto 6: Eventos Críticos
6. Apresentação do Produto 7: Cenários
7. Assuntos Gerais
8. Encerramento

Aos 13 dias de julho de 2018, às 09h00min, na Sala de Reuniões da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá - ACIAP, deu-se início à 5ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Litorânea, contando com a presença do Presidente ARLINEU RIBAS; do secretário executivo ENÉAS SOUZA MACHADO; dos membros titulares, EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA, do Instituto das Águas do Paraná - AGUASPARANÁ; SEBASTIÃO BELLETTINI, do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER; SIMONE DA ROCHA LIMA TANUS, da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA; AIRTON TOMAZI, da Prefeitura Municipal de Morretes; CLEBER DE ARAÚJO CEZARIO, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Antonina - SAMAE; FELIPE PINHEIRO, da Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina - ADEMADAN; LAURA JESUS DE MOURA E COSTA, do Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental - CEDEA, PAULO HENRIQUE CARNEIRO MARQUES, da Universidade Federal do Paraná - UFPR; GISLAINE GARCIA DE FARIA, do Instituto Federal do Paraná - IFPR; dos membros suplentes, DANIELLE PRIM, do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná - ITCG; VINICIUS YUGI HIGASHI, da Prefeitura Municipal de Paranaguá; MEGRITH GIACOMEL BRUNETTO, da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR; MÔNICA IRION ALMEIDA, da Companhia Paranaense de Energia - COPEL; Jean Alexandre Gasparini, da Cooperativa Agropecuária Mourãoense - COAMO; LARISSA GNATA GONÇALVES, Central de Água, Esgoto e Serviços Concedidos do Litoral do Paraná - CAGEPAR; e dos convidados JULIE CAMPBELL, da Paranaguá Saneamento; PATRICIA MILLA GOUVÊA DANTAS, da Paranaguá Saneamento; ANDREIA SCHYPULA, da Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos - COBRAPE; BRUNA MIRÓ TOZZI, da Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos - COBRAPE; SÔNIA BORIO, da Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos - COBRAPE; CAIO PAMPLONA, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio; RAFAEL PRADO ENGELHARDT, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio; NEIVA CRISTINA RIBEIRO, da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR; KAROLLYNE DE ABREU TERNOSKI, do Instituto das Águas do Paraná - AGUASPARANÁ; TATIANA AKEMI SAKAGAMI, do Instituto das Águas do Paraná - AGUASPARANÁ; SEBASTIÃO GARCIA CARVALHO, do Instituto Ambiental do Paraná - IAP; JOSÉ ROBERTO CORTISO REY, da Martini Meat. O Sr. Presidente ARLINEU RIBAS, após verificação do quórum, contando com 17 membros titulares ou suplentes representando os titulares, deu início à reunião (**item 1**), dando as boas-vindas a todos e realizando a leitura da pauta. A Sra. BRUNA MIRÓ TOZZI, da COBRAPE, solicitou a alteração da ordem da apresentação dos produtos 5 e 6. O Sr. Presidente ARLINEU RIBAS aceita a mudança na pauta e passou em seguida ao **item 2 da pauta - Substituição de membros**, e deu posse e boas vidas a FERNANDO JOSÉ DIAS CARNEIRO, membro titular pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Antonina - SEMAGRI, em substituição a YURI YORIAKI OSAKI; a KÁTIA CRISTINA NAKANDAKARE, membro titular pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, em substituição a JOSÉ ROBERTO DA CONCEIÇÃO; a CLEBER DE ARAÚJO CEZARINO, membro titular pela Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Antonina - SAMAE, em substituição à JULIANA M. MACCARTENEY DA FONSECA; a ENÉAS SOUZA MACHADO, membro suplente pelo Instituto da Águas do Paraná - ÁGUASPARANÁ, em substituição à OLGA POLATTI; a RICARDO DOMINGOS DE AGUIAR, membro suplente pela Secretaria Municipal de Recursos Naturais de Pontal do Paraná - SMRN, em substituição a UDO LETO LINO; a ORLANDO FERREIRA, membro suplente pela Secretaria de Meio Ambiente de Matinhos - SMMA,

64 em substituição a DAVID ANTONIO PANCOTTI; a VINICIUS YUGI HIGASHI, membro
65 suplente pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, em substituição a RODRIGO
66 SILVEIRA CICARELLO. Na sequência, o Sr. Presidente ARLINEU RIBAS requisitou que
67 os membros titulares ou suplentes presentes, se apresentassem à plenária. Realizada
68 a apresentação dos membros, passou-se ao **item 3 da pauta - Informes da**
69 **Presidência**, o Sr. Presidente ARLINEU RIBAS, realçou a importância das decisões
70 tomadas pelo Comitê, enfatizou que os produtos apresentados e aprovados na Plenária
71 eram essenciais para a formulação do produto mais importante, o Enquadramento que,
72 depois de aprovado, orientaria com muita ênfase os destinos da região litorânea e,
73 nesse sentido, pediu especial atenção aos representantes dos municípios para a
74 posição que iriam adotar em relação aos produtos, pois seriam os municípios alguns
75 dos principais usuários afetados pelas decisões do Comitê. Outra questão levantada
76 pelo Sr. Presidente ARLINEU RIBAS foi a fragilidade do quadro de funcionários do
77 Instituto das Águas do Paraná - AGUASPARANÁ, pela falta de servidores, colocando
78 em risco os recursos hídricos e a ação dos Comitês de Bacia do Estado do Paraná, uma
79 vez que as ações de estado não teriam as capacitações adequadas, seja pela
80 quantidade de funcionários ou pela falta de disponibilidade de recursos para executar
81 tarefas de Estado, como Secretaria Executiva e da Agência de Bacia, afetando o
82 desenvolvimento dos trabalhos desencadeados a partir do plano de Bacia. Informou que
83 os municípios deviam rever seus planos municipais de saneamento, para que pudessem
84 se tornar habilitados junto as instituições do Governo Federal para a obtenção de
85 recursos do Tesouro, segundo a Lei Federal nº 11.445/2007 e, desse modo,
86 proporcionar o desenvolvimento de estudos, projetos e programas de ação propostos
87 pelo Plano da Bacia Litorânea. O Sr. ENÉAS SOUZA MACHADO, do AGUASPARANÁ,
88 ressaltou que na Câmara Técnica de Instrumento de Gestão - CTINS, o Enquadramento
89 já estava sendo arduamente discutido, implicando em uma interferência indireta no uso
90 e ocupação do solo, pois o enquadramento aprovado pelo Comitê, impactaria nas
91 outorgas concedidas pelo ÁGUASPARANÁ e nos licenciamentos aprovados pelo IAP.
92 Aproveitou o ensejo para convidar os membros do Comitê para a próxima reunião da
93 CTINS, prevista para o dia 15 de agosto de 2018, a fim de que o Comitê, principalmente
94 os membros das indústrias e dos municípios pudessem participar efetivamente nas
95 decisões do enquadramento. Na sequência, passou-se ao **item 4 da pauta - Discussão**
96 **e aprovação da Ata da 4ª reunião ordinária**, a qual foi aprovada por unanimidade. O
97 Sr. Presidente ARLINEU RIBAS passou ao **item 5 da pauta - Apresentação do**
98 **Produto 4: Balanço Hídrico; Produto 5: Uso e Ocupação do Solo; Produto 6:**
99 **Eventos Críticos**, convidando a COBRAPE para realizar suas apresentações e
100 esclarecimentos necessários. A Sra. BRUNA MIRÓ TOZZI, da COBRAPE, iniciou a
101 apresentação com uma introdução do Plano da Bacia Litorânea, com a exibição da
102 sequência do Plano e esclareceu quais produtos já foram aprovados, quais tinham sido
103 entregues e quais estavam em desenvolvimento. Em seguida, realizou a apresentação
104 do Produto 4: Balanço Hídrico. O Sr. EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA, do
105 ÁGUASPARANÁ, reforçou a preocupação da diretoria e da secretaria executiva de
106 capilarizar a discussão dos documentos e compartilhar a decisão de aprovação, não
107 deixando apenas para a CTINS a responsabilidade das decisões. Enfatizou que a
108 CTINS era um instrumento da Plenária para analisar com mais detalhes os relatórios,
109 mas cabia ao Comitê debruçar-se sobre os documentos apresentados para que
110 houvesse um compartilhamento da decisão legal de aprovação dos produtos, uma vez
111 que estes interferiam diretamente no Enquadramento e nos Planos Diretores dos
112 municípios. Comunicou que se pretendia realizar eventos de divulgação junto aos
113 setores de usuários, poder público e a população, para discutir e esclarecer as
114 implicações que o Enquadramento traria para a bacia Litorânea. O Sr. Presidente
115 ARLINEU RIBAS submeteu o Produto 4 para votação, e o mesmo foi aprovado por
116 unanimidade. O Sr. ROBSON, da COBRAPE, realizou a apresentação do Produto 6:
117 **Eventos Críticos**. O Sr. FELIPE PINHEIRO, da ADEMADAN, perguntou se havia sido
118 realizada uma revisão bibliográfica com dados oferecido pela Mineropar a respeito do
119 fluxo de sedimentos e do armazenamento destes em Áreas de Preservação
120 Permanente, visto que seria interessante aos municípios analisar os fluxos de detrito
121 dentro das APPs para que seus Planos Diretores evitassem a ocupação desordenada
122 nesse território. O Sr. ROBSON, da COBRAPE, esclareceu que os dados fornecidos já
123 estavam inseridos no produto, e não se obteve maiores informações e detalhes sobre o
124 fluxo de detritos. A Sra. DANIELLE PRIM, do ITCG, informou que os dados
125 disponibilizados pela Mineropar eram os fornecidos pela Defesa Civil e, em termos de
126 base cartográfica, utilizou-se o Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE, e o

127 imageamento por radar, material mais recente e de melhor escala. Em relação ao
128 mapeamento das áreas de APP deveria se utilizar uma escala de maior detalhe, mas
129 indisponível naquele momento. O Sr. FELIPE PINHEIRO, da ADEMADAN, recomendou
130 que o Comitê e a CTINS fizessem análise de um plano baseado nessa questão da
131 correlação entre as Áreas de Preservação Permanente e os eventos críticos com fluxo
132 de sedimentos. O Sr. ENÉAS SOUZA MACHADO, do AGUASPARANÁ, apreciou a
133 sugestão que deveria fazer parte da lista do Programa de Intervenções. Propôs ainda
134 levantamentos de cheias nos locais onde já se observava esse fenômeno, para que em
135 outras etapas realizassem-se ações e obras nessas regiões mais específicas. O Sr.
136 CAIO PAMPLONA, do ICMBio, recomendou ampliação da rede de monitoramento, ao
137 que o Sr. ROBSON, da COBRAPE, informou já estaria contemplado como uma das
138 recomendações do Produto 6. O Sr. PAULO HENRIQUE CARNEIRO MARQUES, da
139 UFPR, comentou sobre o problema apontado da escala, expondo que se tomassem a
140 Bacia como um todo, os dados que encontrados seriam estatísticas, não significando
141 que os riscos ou as consequências dos riscos fossem iguais para todos os municípios;
142 citou Morretes, município que sofria com movimento de massa, deslizamento e
143 assoreamento, mas nunca havia ficado sem água, enquanto Paranaguá, em um evento
144 de 2011 passou um mês sem água. Cada evento, em termos de estudos, encontravam-
145 se em diferentes escalas. A Sra. MEGRITH GIACOMEL BRUNETTO, da SANEPAR,
146 questionou se os dados de análise crítica dos eventos eram por corpos hídricos, e se
147 havia possibilidade de relacionar os usos preponderantes com os eventos de criticidade.
148 O Sr. ROBSON, da COBRAPE, informou que os dados por trecho disponíveis eram os
149 encontrados no Atlas de Vulnerabilidade da ANA, não georreferenciados. Os dados que
150 poderiam ser correlacionados eram os da CPRM e os dados do SIGRISCO, mas devido
151 a pouco dados disponíveis, não foi possível correlacionar os eventos aos corpos
152 hídricos. O Sr. VINIVIUS YUGI HIGASHI, da Prefeitura Municipal de Paranaguá,
153 ressaltou que o Produto 6 estava diretamente relacionado ao Produto 10: Rede de
154 Monitoramento, e que a coleta de dados mostrava-se deficiente. Questionou a
155 possibilidade de cruzar os dados já existentes com os picos de alagamentos, para
156 analisar se esses eventos eram decorrentes do aumento pluvial ou da
157 impermeabilização do solo. O Sr. ROBSON, da COBRAPE, esclareceu que os dados
158 georreferenciados eram muito recentes ou pontuais, não havendo um histórico, e os
159 dados que possuíam um histórico não estavam georreferenciados; desse modo, não
160 sendo possível afirmar se ocorrera um aumento da área impermeabilizada, ou outro fato
161 que estivesse relacionado ao maior número de eventos. A Sra. BRUNA MIRÓ TOZZI,
162 da COBRAPE, informou que era possível verificar, por meio de um pluviograma, se
163 ocorrera um aumento pluviométrico no período proposto através dos dados das
164 estações pluviométricas do município, caso elas existissem. Informou que no Produto
165 2: Disponibilidades Hídricas, realizou-se uma análise da estacionariedade da
166 precipitação, mas não focado em um período específico. O Sr. FELIPE PINHEIRO, da
167 ADEMADAN, anunciou que, para auxiliar na análise dessa correlação de pluviometria
168 com o tempo, poder-se-ia consultar o Livro "Clima", publicado pela ADEMADAN. O Sr.
169 PAULO HENRIQUE CARNEIRO MARQUES, da UFPR, levantou a questão da
170 contribuição de dados pelos municípios. O relatório elaborado pela COBRAPE
171 trabalhava com dados que não apresentavam os riscos a que cada município estava
172 submetido e como esses riscos afetavam a vida da população, pois a escala trabalhada
173 maquiava os problemas específicos de cada região. O Sr. FELIPE PINHEIRO, da
174 ADEMADAN, complementou que a ADEMADAN havia questionado o estudo de análise
175 de área de risco realizado pela Mineropar, pois tal estudo deveria analisar os níveis de
176 riscos, para que os municípios parassem de conceder alvará de construções em áreas
177 potencialmente de risco à vida das pessoas. A Sra. GISLAINE GARCIA DE FARIA, do
178 Instituto Federal do Paraná - IFPR, corroborou a fala do Sr. EVERTON LUIZ DA COSTA
179 SOUZA, e a do Sr. Sr. PAULO HENRIQUE CARNEIRO MARQUES, e questionou qual
180 a possibilidade de trabalhar com a escala diferente para trazer de fato os problemas que
181 atingiam os municípios, sobretudo os riscos que comprometiam a vida do cidadão. O
182 Sr. ENÉAS SOUZA MACHADO, do ÁGUASPARANÁ, informou que não existia tal
183 possibilidade, pois as escalas de estudo haviam sido determinadas na licitação de
184 contratação da consultora, e destacou que o plano era da bacia como um todo, e não
185 municipal. A Sra. BRUNA MIRÓ TOZZI, da COBRAPE, ressaltou que o plano
186 desenvolvido pela consultora tinha, por definição, o trabalho com dados secundários.
187 Informou que, no final do Plano de Bacia, haveria um plano de ações com medidas que
188 a bacia deveria adotar por meio de programas, como "melhora do monitoramento" e
189 "definição de níveis de risco de ocupação". Informou que nas atualizações do Plano de

190 Bacia, os dados estariam melhor consolidados e desse modo poderiam se aprofundar
191 nos estudos e escalas. A Sra. MÔNICA IRION ALMEIDA, da COPEL, comentou que a
192 Defesa Civil Estadual possuía um bom sistema de informações, e que segundo a Lei da
193 Defesa Civil, os municípios apresentavam a responsabilidade de cadastrar os locais
194 onde ocorrera algum evento crítico, e que o estado possuía um aparato em termo de
195 sistema que possibilitava aos municípios criar um plano de contingência, o que poderia
196 auxiliar no uso e ocupação do solo. A Sra. SIMONE DA ROCHA LIMA TANUS, da APPA,
197 lembrou que, em algum momento, o Comitê deveria incluir no seu Plano o
198 gerenciamento costeiro e a costa, devido a possibilidade das enchentes marítimas, das
199 marés altas e dos alagamentos. A Sra. BRUNA MIRÓ TOZZI, da COBRAPE, ressaltou
200 que era notável a influência marinha no Enquadramento, contudo isso necessitava de
201 um estudo bem complexo, não incluso no escopo do plano atual, mas sugerido no
202 Planos de Ações. O Sr. Presidente ARLINEU RIBAS submeteu o Produto 6: Eventos
203 Críticos à votação. A Sra. MEGRITH GIACOMEL BRUNETTO, da SANEPAR, solicitou
204 que o produto fosse aprovado com ressalvas para incluir os dados de trabalhos e livros
205 citados na plenária. O Sr. ENÉAS SOUZA MACHADO, do AGUASPARANÁ, solicitou,
206 então, que tais dados fossem encaminhados por e-mail para a devida atualização do
207 produto. O Sr. SEBASTIÃO GARCIA CARVALHO, do IAP, questionou se havia sido
208 realizado um estudo referente aos canais, pois eram muito importantes para a drenagem
209 da bacia Litorânea, e corroborou com a ideia de que os municípios deveriam realizar
210 estudos nas microbacias, para apresentar dados que pudessem contribuir para futuras
211 revisões do plano de bacia da região. A Sr. BRUNA MIRÓ TOZZI, da COBRAPE,
212 informou que, no Produto 08: Enquadramento, apresentado futuramente na plenária,
213 havia um capítulo especial sobre os canais, em termos de qualidade da água,
214 determinado no escopo de trabalho. No Plano de Ações, seria sugerido, ainda, um
215 programa focado nessa questão. O Sr. AIRTON TOMAZI, da Prefeitura Municipal de
216 Morretes, informou que existiam dados de sedimentos do rio Sagrado que deviam ser
217 incluídos no Produto 6. A Sr. BRUNA MIRÓ TOZZI, da COBRAPE, comunicou que os
218 dados de sedimentos disponíveis pela Agencia Nacional de Águas estavam presentes
219 no Produto 2: Disponibilidades Hídricas, e que revisões e inclusões de dados nos
220 Produto 6 só seriam viáveis se o repasse dos dados à COBRAPE ocorresse no prazo
221 de até 15 dias após a reunião daquele dia. O Sr. Presidente ARLINEU RIBAS submeteu
222 o Produto 6: Eventos Críticos à votação, que foi aprovado com ressalvas para a
223 atualização e inclusão de dados. Às 11h30, encerrou-se a primeira parte da reunião.
224 Retornou-se às 13h30, com o Sr. Presidente ARLINEU RIBAS passando ao **item 6 da**
225 **pauta - Apresentação do Produto 7: Cenários.** O Sr. RODOLPHO RAMINA, da
226 COBRAPE, realizou a apresentação. A Sra. LAURA JESUS DE MOURA E COSTA, da
227 CEDEA, sugeriu que o Plano da Bacia Litorânea fosse apresentado no Conselho de
228 Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense - COLIT, para que este estivesse
229 ciente dos impactos que determinados empreendimentos poderiam causar nos recursos
230 hídricos, principalmente nas questões de quantidade e qualidade hídrica. O Sr.
231 RODOLPHO RAMINA, da COBRAPE, ressaltou que a Bacia Litorânea não sofreria
232 problema no quesito de quantidade hídrica, pois não era prevista a instalação de
233 empreendimentos que demandassem um consumo excessivo de água no litoral. O Sr.
234 ENÉAS SOUZA MACHADO, do ÁGUASPARANÁ, enfatizou que, em termos
235 quantitativos, não haveria escassez de recursos hídricos até o fim do horizonte do Plano,
236 ano de 2035, e caso viesse a ocorrer o desabastecimento, este seria por motivos
237 operacionais das companhias de abastecimento. Anunciou que seriam realizados três
238 "workshops" - um com o Poder Público, um com a sociedade civil (universidades, ONGs,
239 população, em geral), e um com usuários (indústrias, companhias de saneamento, etc.)
240 - entre os meses de agosto e setembro de 2018, para a divulgação do Plano da Bacia
241 Litorânea. O Sr. VINICIUS YUGI HIGASHI, da Prefeitura Municipal de Paranaguá,
242 indagou se a questão da qualidade hídrica seria abordada no Plano de Bacia. O Sr.
243 PAULO HENRIQUE CARNEIRO MARQUES, da UFPR, apontou que os impactos das
244 instalações de novos empreendimentos no Litoral foram considerados nos cenários
245 dentro do crescimento populacional da região litorânea, e que a Bacia Litorânea tinha a
246 capacidade de atender a demanda hídrica da população, dentro dos cenários
247 analisados. Enfatizou que a diluição do esgoto no cenário atual não era a ideal, e que
248 futuros empreendimentos, como a faixa de infraestrutura, poderiam comprometer ainda
249 mais a qualidade da água, e por esse motivo ressaltou que era necessário um
250 investimento maior na área de saneamento, tanto na questão da ampliação da rede de
251 coleta, da eficiência dos tratamentos atuais, quanto na prospecção de novas
252 tecnologias. O Sr. RODOLPHO RAMINA, da COBRAPE, informou que a questão da

253 qualidade da água estava sendo abordada no Produto 08: Proposta de Enquadramento,
254 em discussão na CTINS. A Sra. JULIE CAMPBELL, da Paranaguá Saneamento,
255 questionou se no Plano de Bacia Litorânea foi ou iria ser discutida a disponibilidade
256 hídrica da Ilha do Mel. O Sr. ENÉAS SOUZA MACHADO, do ÁGUASPARANÁ,
257 esclareceu que o Plano englobava apenas a área continental. O Sr. Presidente
258 ARLINEU RIBAS submeteu o Produto 7: Cenários à votação e o mesmo foi aprovado.
259 Em seguida, passou-se ao **item 5 da Pauta**, com a apresentação do Produto 5: Uso e
260 Ocupação do Solo. Após a apresentação pela Sra. BRUNA TOZZI, da COBRAPE, a
261 Sra. LAURA JESUS DE MOURA E COSTA, do CEDEA, questionou sobre o conflito do
262 uso do solo e da água gerado pela criação de búfalos na região de Morretes e Antonina.
263 A Sra. BRUNA MIRÓ TOZZI, da COBRAPE, respondeu que o estudo realizado pela
264 consultora calculou um percentual de carga que estava indo para rio de forma difusa
265 pela pecuária, mas não especificamente pelos búfalos. O Sr. (não se identificou)
266 esclareceu que, em Morretes, a criação de búfalos e a pecuária de maneira geral
267 diminuiu consideravelmente nos últimos anos e, por esse motivo, não havendo conflito
268 de uso e ocupação do solo na região. O Sr. FELIPE PINHEIRO, da ADEMADAN,
269 declarou que, de fato, houve o decréscimo da criação de búfalos na faixa litorânea,
270 mas principalmente na bacia hidrográfica do rio Cachoeira, em Antonina, era notável a
271 compactação do solo proveniente da criação desse animal. Sugeriu que fosse proposto,
272 no plano de ação, um projeto para a recuperação de áreas degradadas devido a essa
273 compactação, para que se pudesse retomar o uso desse solo, uma vez que nas
274 situações atuais seria inviável a agricultura ou a regeneração da floresta nessas regiões.
275 A Sra. DANIELLE PRIM, do ITCG, pediu para alterar o termo "uso e ocupação do solo"
276 para o termo vigente utilizado pelo IBGE: "uso e *cobertura* da terra". O Sr. EVERTON
277 LUIZ DA COSTA SOUZA, do AGUASPARANÁ, agradeceu à Câmara Técnica de
278 Instrumentos de Gestão pelo trabalho desenvolvido, e sugeriu estender os convites das
279 reuniões da CTINS aos membros do Comitê, para que pudessem também participar
280 mais efetivamente nas decisões dos próximos produtos. O Sr. ENÉAS SOUZA
281 MACHADO, do AGUASPARANÁ, reiterou o convite do Sr. EVERTON, e pediu que,
282 principalmente, os representantes dos municípios e dos usuários da indústria
283 participassem da reunião, para que ficassem cientes dos impactos que o
284 enquadramento ocasionaria na bacia Litorânea. O Sr. SEBASTIÃO BELLETTINI, do
285 EMATER, ressaltou que a banana era a planta mais cultivada na região litorânea, mas
286 que a segunda maior cultura cultivada era o palmito (palmeira real e pupunha),
287 totalizando em torno de um milhão de plantas no litoral. A Sra. BRUNA MIRÓ TOZZI, da
288 COBRAPE, informou que os dados sobre a área de cultivo eram aqueles fornecidos pelo
289 IBGE e que a COBRAPE verificaria dados mais recentes. O Sr. PAULO HENRIQUE
290 CARNEIRO MARQUES, da UFPR, lembrou que os produtos aprovados até aquele
291 momento eram diagnósticos da região litorânea, e que o grande valor desses
292 documentos estava na compilação de dados de várias fontes, e por este motivo, sujeitos
293 não só a erros na própria coleta e na forma de como foram obtidos, como na
294 desatualização. Dessa maneira, mostrava-se necessário adotar uma metodologia que
295 facilitasse o processo de atualização constante dos dados, para assim conseguir dispor
296 de uma série histórica que facilitasse a elaboração de estatísticas e auxiliasse no
297 processo de caracterização da bacia. O Sr. EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA, do
298 ÁGUASPARANÁ, comentou que, futuramente, os setores censitários poderiam ser
299 obtidos por área estratégica de gestão, tornando a bacia hidrográfica o recorte do
300 território para as tomadas de decisões, de modo que se obtivessem informações mais
301 detalhadas, ou seja, mais representativas de toda a bacia. O Sr. FELIPE PINHEIRO, da
302 ADEMADAN, declarou que o Plano de Bacia elaborado para a região litorânea era o
303 plano mais denso de todas as bacias paranaenses, sendo constituído de 14 produtos,
304 que continham análise densa de uso e ocupação do solo, de disponibilidade hídrica,
305 culminando no enquadramento, e ainda um produto adicional de análise de transposição
306 de rio. Parabenzou o trabalho realizado pela CTINS e pelo bom uso do recurso público.
307 O Sr. Presidente ARLINEU RIBAS submeteu o Produto 5: Uso e Ocupação do Solo à
308 votação e o mesmo foi aprovado. A seguir, não havendo mais assuntos que fossem
309 tratados (**item 7**), agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a 5ª Reunião
310 Ordinária do Comitê da Bacia Litorânea (**item 8**), da qual eu, ENÉAS SOUZA
311 MACHADO, Secretário Executivo do Comitê, lavrei a presente ata, em Curitiba, aos 13
312 dias de julho de 2018.

313

ARLINEU RIBAS
Presidente do CBH Litorânea

ENÉAS SOUZA MACHADO
Secretário Executivo do CBH Litorânea

